

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.117	55.052	113.764	57.603
Consumidores e concessionárias	5	547.794	560.904	547.794	560.904
Outros tributos compensáveis	6	6.247	6.247	6.728	6.524
Tributos diferidos	7	7.701		7.701	
Cauções e depósitos vinculados	12	1.377	1.355	1.377	1.355
Ativos da concessão	13			262	
Adiantamentos a fornecedores	8	7.646	1.295	7.646	1.295
Compromissos futuros	10	102.813		102.813	
Outros créditos	11	387	309	694	550
Total do Ativo Circulante		783.082	625.162	788.779	628.231
Não circulante					
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	41.973	38.666	41.973	38.666
Outros tributos compensáveis	6	44.360	40.177	44.360	40.177
Tributos diferidos	7	29.019	642	39.305	5.570
Empréstimos a receber		7.308			70
Adiantamento para futuro aumento de capital	9,4	12.755	20.146		
Cauções e depósitos vinculados	12	10.936	10.715	11.614	10.718
Ativos da concessão	13			126.236	42.644
Adiantamentos a fornecedores	8	671	17.783	671	17.783
Compromissos futuros	10	521.602		521.602	
Outros créditos	11	2.077	1.791	2.078	1.792
		670.701	129.920	787.839	157.420
Investimentos	14,2	119.183	69.365	470	470
Imobilizado	15	8.304	7.314	8.678	7.316
Intangível	16	8.571	7.473	72.422	71.324
		136.058	84.152	81.570	79.110
		806.759	214.072	869.409	236.530
Total do Ativo Não circulante					
TOTAL DO ATIVO		1.589.841	839.234	1.658.188	864.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Recargas					
Custo do serviço de energia elétrica	24	3.998.784	3.890.091	4.074.882	3.913.509
Custo com energia elétrica		(3.782.332)	(3.774.359)	(3.782.332)	(3.774.359)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	23			(91.031)	(33.734)
Custo de operação		(7.551)	(5.401)	(7.551)	(5.401)
Custo do serviço prestado a terceiros		(7)	(586)	(7)	(586)
		(3.789.890)	(3.780.346)	(3.880.921)	(3.814.080)
Lucro bruto		208.894	109.745	193.961	99.429
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas	24	(4.718)	275	(4.718)	275
Despesas gerais e administrativas		(20.489)	(13.077)	(21.548)	(13.312)
Outras despesas e receitas operacionais		(152)	(581)	(121)	(581)
		(25.359)	(13.383)	(26.387)	(13.618)
		(10.573)	(6.737)	(10.573)	(6.737)
Resultado das participações societárias		172.962	89.625	167.574	85.811
Lucro antes do resultado financeiro e tributos					
Resultado financeiro	25	10.135	9.127	10.019	9.323
Receitas financeiras		(7.099)	(6.164)	(6.953)	(6.617)
Despesas financeiras		3.036	2.963	3.066	2.706
		175.998	92.588	170.640	88.517
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro					
Tributos sobre o lucro	26	31	(30.594)	31	(30.594)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(63.669)	155	(58.311)	4.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(63.638)	(30.439)	(58.280)	(26.368)
		112.360	62.149	112.360	62.149
Resultado líquido do exercício					
Resultado por ação atribuível aos acionistas	27	3,45		3,45	
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício		112.360	62.149	112.360	62.149
Resultado abrangente do exercício		112.360	62.149	112.360	62.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Geração do valor adicionado					
Receita operacional		4.476.624	4.385.275	4.560.725	4.411.105
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD		4.476.831	4.381.340	4.476.831	4.381.340
Receita relativa à construção de ativos próprios		(4.718)	275	(4.718)	275
Receita de Construção		4.443	3.599	4.443	3.599
Atualização dos Ativos da concessão				76.203	25.161
Outras receitas		68	61	7.651	669
		68	61	315	61
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(4.180.148)	(4.168.679)	(4.271.602)	(4.202.549)
Custos da energia comprada		(4.148.255)	(4.140.213)	(4.148.255)	(4.140.213)
Encargos de uso da rede elétrica		(17.701)	(16.851)	(17.701)	(16.851)
Materiais		(967)	(187)	(1.109)	(187)
Serviços de terceiros		(10.890)	(8.471)	(10.938)	(9.032)
Custo com construção da infraestrutura				(91.031)	(33.733)
Outros custos operacionais		(2.335)	(2.957)	(2.568)	(2.533)
Valor adicionado bruto		296.476	216.596	289.123	208.556
Retenções					
Depreciações e amortizações		(2.035)	(1.328)	(2.196)	(1.328)
Valor adicionado líquido produzido		294.441	215.268	286.927	207.228
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		10.744	9.696	10.697	9.896
Resultado da equivalência patrimonial		(10.573)	(6.737)		
Valor adicionado total a distribuir		294.612	218.227	297.624	217.124
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		12.954	8.507	13.420	8.612
Benefícios		1.964	1.402	1.971	1.404
FGTS		760	975	760	979
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		88.087	42.820	90.482	41.143
Estaduais		70.889	96.086	70.903	96.086
Municipais		433	14	433	15
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		7.099	6.164	7.261	6.617
Aluguéis		66	110	34	119
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio			10.176		10.176
Dividendos		27.868		27.868	
		210.120	166.254	213.132	165.151
Lucros retidos		84.492	51.973	84.492	51.973
		294.612	218.227	297.624	217.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
A EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia, EDP Comercializadora ou Controladora), é sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão Companhia, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras Companhias como sócia.
Em Assembleia Geral ocorrida em 13 de fevereiro de 2020, foi aprovada: (i) transformação do tipo societário da sociedade, passando de "sociedade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado"; e (ii) alteração da denominação social de EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. para EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
A Companhia detém, desde 31 de dezembro de 2019, 100% das ações da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (controlada ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, anteriormente denominada Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda., foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada em São Paulo no estado de São Paulo. A controlada tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.
- Base de preparação**
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar e sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de sua controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ela e sua controlada possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
A Diretoria da Companhia e sua controlada autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.
2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1.
2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia
Os contratos celebrados pela Companhia visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda. Em 2020, a Companhia identificou e julgou que ocorreram mudanças relevantes no mercado de energia,

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	475.139	420.153	516.543	429.975
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6		4.176		4.176
Outros tributos a recolher	6	5.104	6.166	5.822	6.211
Tributos diferidos	7	9.510		9.510	
Dividendos	18	27.868	8.650	27.868	8.650
Empréstimos e financiamentos	19	152.545	153.823	152.545	153.823
Provisões	20			7.350	2.044
Adiantamentos de clientes	8	7.984	10.611	7.984	10.611
Compromissos futuros	10	83.252		83.252	
Outras contas a pagar	11	3.766	3.169	4.172	3.369
Total do Passivo Circulante		765.168	606.748	815.046	618.859
Não circulante					
Tributos diferidos	7	111.428	143	123.142	4.101
Empréstimos e financiamentos	19	90.224		90.224	
Provisões	20	1.122	913	7.749	10.238
Adiantamentos de clientes	8	645	8.459	645	8.459
Compromissos futuros	10	313.717		313.717	
Outras contas a pagar	11	2.255	2.181	2.383	2.314
Total do Passivo Não circulante		519.391	11.896	537.860	25.112
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21,1	32.606	32.606	32.606	32.606
Reservas de lucros	21,3	272.676	188.184	272.676	188.184
Total do Patrimônio líquido		305.282	220.790	305.282	220.790
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.589.841	839.234	1.658.188	864.761

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018					
Aumento de capital - ACS de 30/10/2019		26.217	136.211	-	162.428
Lucro líquido do exercício		6.389			6.389
Destinação do lucro				62.149	62.149
Dividendos intermediários (JSCP)				(10.176)	(10.176)
Lucros retidos a deliberar			51.973	(51.973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		32.606	188.184	-	220.790
Capital social		32.606	188.184	-	220.790
Reservas de lucros		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		32.606	188.184 </		

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de sua controlada identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 - Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

2.8.3 EDP Transmissão Litoral Sul - Ofício-circular SEP nº 01/2020

Em 05 de fevereiro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Um dos temas incorporados foi relativo à adoção inicial dos CPCs 47 e 48 para os ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica. No mesmo, o órgão regulador menciona que em 2018 houve informações inadequadas e incompreensíveis referentes à adoção inicial das referidas normas para boa parte das empresas do setor, atentando para a necessidade de eventual melhor divulgação e abertura dos ajustes e racional normativo que sustentaram a implementação inicial. No entanto, a Administração da controlada entende e atesta que as informações publicadas no exercício de 2018 já cumprem as informações requeridas, uma vez que foi evidenciado a natureza e valores de cada efeito da adoção das referidas normas, e consequente mudança de prática contábil, tanto para os saldos de balanço, quanto na divulgação de suas contrapartidas. Da mesma forma, conforme requisitado pelo mesmo Ofício, a Administração da controlada também atesta que os efeitos registrados e divulgados estão totalmente apartados de ajustes de qualquer outra natureza, senão àquela efetivamente advinda da adoção inicial dos CPCs nº 47 e nº 48 da controlada, e, consequentemente alteração de prática contábil da mesma.

2.8.4 EDP Transmissão Litoral Sul - Ofício-circular SEP nº 04/2020

Em 01 de dezembro de 2020, a CVM emitiu o Ofício-circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, para orientação quanto à aspectos relevantes a serem observados dos CPCs 47 e 48 na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os temas do Ofício, em relação aos ativos das concessionárias de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de elucidação, foram segregados pelo órgão regulador em: (i) Adoção dos CPCs 47 e 48; (ii) Taxa de remuneração dos contratos; (iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável; (iv) Ativo RBSE; (v) Geografia da Receita Financeira na DRE; (vi) Evidenciação em Nota Explicativa; e (vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias.

A Administração da Companhia efetuou análise robusta sobre todos os itens e concluiu que:

(i) Adoção dos CPCs 47 e 48 - Segregação entre Ativo de Contrato e Ativo Financeiro: Está mantido o fato gerador contábil para baixa do ativo de contrato e reconhecimento do ativo financeiro com a emissão do AVC - Aviso de Crédito às concessionárias de transmissão (direito incondicional à caixa), emitidos mensalmente pela ONS;

(ii) Taxa de remuneração dos contratos: A remuneração contratual é efetuada pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. As estimativas devem estar alinhadas com o padrão de mercado e as margens de construção e O&M devem ser estimadas prevendo todos os eventos e eficiências. No entanto, alterações no projeto de construção que afetem diretamente a lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado (custo), tempestivamente;

(iii) Tratamento da Parcela Variável - Contraprestação Variável: Quando da mensuração inicial do contrato, deve ser efetuada a melhor estimativa para ocorrência da PV, para fins de determinação da taxa de remuneração dos contratos e é recomendado que, posteriormente, essa estimativa se realize em ativo e receita em rubricas separadas e específicas, tanto no balanço, quanto no resultado; Adicionalmente, quando houver séries históricas de ocorrência das parcelas variáveis ou quando a Administração julgar que detém outras informações capazes de produzir estimativas confiáveis, essas parcelas variáveis deverão ser consideradas na determinação das margens de construção e O&M. Eventuais diferenças entre as estimativas e as parcelas variáveis cobradas deverão ser reconhecidas no resultado no momento de sua ocorrência. Por fim, se as estimativas não puderem ser realizadas em virtude dos motivos mencionados no parágrafo anterior, as parcelas variáveis deverão ser reconhecidas tempestivamente no resultado quando da sua real ocorrência;

(iv) Ativo RBSE (Rede Básica do Sistema Existente): item não aplicável para as controladas de transmissão;

(v) Geografia da Receita Financeira na DRE: Facultativo à Companhia, classificar a remuneração contratual no resultado operacional ou financeiro, com base na política contábil e entendimento da Administração quanto ao *corebusiness* da Companhia; ainda que tudo fique no operacional, a Companhia deve segregar toda a receita com (a) de construção, (b) operação e manutenção; e (c) financiamento da infraestrutura de operação. A Companhia entende que a remuneração do Ativo da Concessão é parte intrínseca a atividade operacional e, portanto, classifica tais receitas no Resultado Operacional;

(vi) Evidenciação em Nota Explicativa: Divulgar margens da obrigação de performance de construção e de melhoria, da obrigação de performance de operação e manutenção, bem como os critérios e metodologia utilizados para as estimativas realizadas; divulgar a TIR de cada projeto ou por família de projetos; e outras informações podem ser ainda prestadas em nota explicativa anexa às demonstrações contábeis;

(vii) Da Adoção Inicial dos termos deste Ofício - Disposições Transitórias: Aplicar os requisitos do referido Ofício nas Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 pelo método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido como ajuste de exercícios anteriores no saldo de abertura de lucros acumulados.

Considerando o detalhamento acima, a Administração da Companhia reavaliou a modelagem de alocação das receitas oriundas de seu contrato de concessão revisitando todas as premissas e concluiu que os impactos da aplicação do Ofício são imateriais para demais divulgações retrospectivas.

3 Evento significativo no exercício

3.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2020, a Companhia obteve o seguinte recurso:

Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Contratos de Mútuo	out/20	out/22	90.000	100,3% CDI	Capital de Giro
			90.000		

3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 uma pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.2.1 Medidas de Assistência Governamental

3.2.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas Companhias e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

3.2.2 Medidas implementadas pela Administração da controladora EDP - Energias do Brasil

A Administração da controladora EDP - Energias do Brasil vem aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de *newsletters*, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

3.2.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

3.2.4 Impacto nas demonstrações financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia e sua controlada nos próximos períodos, cujos principais estão destacados abaixo:

3.2.4.1 Cronograma de Obras

A controlada está em fase de construção e teve sua obra paralisada em função da COVID-19, visando a proteção dos funcionários próprios e de terceiros. O retorno das obras já ocorreu, não existindo riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. Adicionalmente, como consequência das medidas de contingência, a Administração da controlada desenvolveu esforços adicionais no sentido de proteger o seu caixa, resultando na racionalização de investimento.

A controlada reconheceu no exercício de 2020 o montante de R\$627 de redução na Receita de Construção, cuja formação da referida receita resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47 (Nota 22). Até o momento, a Administração da controlada estima que a postergação não implicou em prazo superior ao cronograma previsto.

3.3 Contratos de compromisso futuro

Conforme mencionado na nota 2.3.1, atrelado a fatores estratégicos, a Companhia alterou o posicionamento para a comercialização dos contratos de compra e venda de energia no que diz respeito aos agentes em atendimento, sendo até 2019 substancialmente dentro do Grupo EDP - Energias do Brasil e, a partir de 2020, tendo o objetivo também de comercializar com outros agentes. Neste sentido, ocorreu a alteração contábil relacionado aos contratos de compromisso futuro da Companhia (Nota 10), em consonância com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	50.071	50.615	50.133	50.621
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	59.046	4.437	63.631	6.982
	59.046	4.437	63.631	6.982
Total	109.117	55.052	113.764	57.603

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados à taxa que variam entre 99,95% a 101,00% do CDI e, da controlada, a taxa que varia a 90,00% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Consumidores e Concessionárias

Os saldos de Consumidores e concessionárias são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais, sendo as condições de pagamento livremente negociadas entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

	Controladora e Consolidado						
	A vencer	Valores Correntes		De 181 a 360 dias	PECLD (Nota 5.3)	Saldo líquido em 31/12/2020	Saldo líquido em 31/12/2019
		Vencidas	Notas				
Consumidores							
Clientes livres		123.937	993	8.228	(7.756)	125.402	104.653
(-) Ajuste a valor presente						-	(28)
Outros créditos				164	(164)	-	97
		123.937	993	8.392	(7.920)	125.402	104.722
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	5.1	407.870		531	(534)	407.867	375.974
Energia de curto prazo	5.2	14.525				14.525	80.208
		422.395		531	(534)	422.392	456.182
		546.332	993	8.923	(8.454)	547.794	560.904

Total Circulante

5.1 Suprimento de Energia Elétrica

A variação é decorrente da adoção de medidas iniciativas e recursos emergenciais, a fim de apoiar seus consumidores e parceiros de negócio. No decorrer do exercício de 2020, o preço de energia passou por volatilidade, o que trouxe oportunidades de novos negócios com parceiros sólidos.

5.2 Energia de curto prazo

A redução de energia de curto prazo decorrente da estratégia adotada pela Companhia em realizar venda direta para contrapartes, que foi maior em 2019 quando comparada ao exercício corrente.

5.3 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias de 3 exercícios e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Companhia, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A controlada não apresenta histórico e nem expectativas de perdas nos seus valores a receber, uma vez que possuem garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo ONS ou diretamente pela EDP - Energias do Brasil e, portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Segue abaixo a movimentação do exercício:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2019	PECLD esperada ao longo da vida	Saldo em 31/12/2020
Consumidores			
Clientes livres	(3.074)	(4.682)	(7.756)
Outros	(238)	74	(164)
	(3.312)	(4.608)	(7.920)
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	(583)	49	(534)
Total Circulante	(3.895)	(4.559)	(8.454)

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.3.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Controladora							
	Valor líquido em 31/12/2019	Adição	Baixa	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Valor líquido em 31/12/2020
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	38.666	-	-	785	4.048	(1.526)	-	41.973
Total Circulante	38.666	-	-	785	4.048	(1.526)	-	41.973
Outros tributos compensáveis								
ICMS	707							707
PIS e COFINS	38.370	351.781					(353.693)	36.458
IRRF sobre aplicações financeiras	545	273					(482)	336
IR/CS retidos sobre faturamento	581	2.119						2.700
Outros	6.221	3					4.182	10.406
Total	46.424	354.176	-	-	-	-	(349.993)	50.607
Circulante	6.247							6.247
Não circulante	40.177							44.360
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	4.176	(31)			(3.663)		(482)	-
Total Circulante	4.176	(31)	-	-	(3.663)	-	(482)	-
Outros tributos a recolher								
ICMS	4.346	54.417		71	(54.161)			4.673
PIS e COFINS	12	349.499					(349.511)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	46	504			(446)			104
IRRF sobre juros s/ capital próprio	1.526					(1.526)		-
Encargos com pessoal	236	2.139			(2.058)			317
Outros	-	10						10
Total Circulante	6.166	406.569	-	71	(56.665)	(1.526)	(349.511)	5.104

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 18), de Adiantamento de clientes junto à Energest (Companhia sob controle comum) (Nota 8) e Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 9.4), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Duração	Controladora e Consolidado								Receitas (Despesas)		
			Ativo				Passivo				Operacionais		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2020	2019	
31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019						
Consumidores e concessionárias (Nota 5)													
Venda de Energia Elétrica													
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022									4.789	12.911	
Enerpeixe	Controle comum	01/10/2019 a 31/10/2019										63.157	
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019		8.855								104.269	
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/10/2019										165.278	
Lajeado	Controle comum	01/05/2020 a 31/12/2020	4.397								34.751		
Lajeado	Controle comum	01/07/2020 a 31/12/2020	1.576								9.353		
Lajeado	Controle comum	01/01/2020 a 30/11/2020									68.739		
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/05/2014 a 31/12/2019										231	
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/07/2018 a 31/12/2019		22								20.402	
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022		3.437								268.285	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022	8.361	7.999							115.180	268.285	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019		144.325								759.376	
ECE Participações	Controle comum	01/01/2020 a 31/12/2020	135.541								785.170		
EDP Varejista	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2019										22.620	
CEJA	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2022	7.115	1.358							65.448	2.866	
CEJA	Controle comum	01/07/2019 a 31/12/2019		4.583								4.583	
Contrato de prestação de serviços													
São Manoel	Controle comum	28/10/2019 a 27/10/2024		87								8	
			156.990	170.666	-	-	-	-	-	-	1.083.430	1.424.065	
Fornecedores (Nota 17)													
Suprimento de energia elétrica													
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022					11.101	12.143			(181.455)	(318.273)	
Investco	Controle comum	01/12/2019 a 31/12/2019										(204)	
Lajeado	Controle comum	12/12/2001 a 31/12/2022					16.238	17.395			(228.144)	(189.033)	
Lajeado	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019						8.934				(276.196)	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2016 a 31/12/2019						21.536				(235.538)	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019										(77.496)	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022					13.438	5.194			(181.075)	(58.258)	
São Manoel	Controle comum	01/05/2018 a 31/12/2038					2.884	3.464			(37.559)	(36.359)	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019						99.242				(351.866)	
Porto do Pecém	Controle comum	01/01/2020 a 31/12/2020					43.108				(267.783)		
EDP São Paulo	Controle comum	01/02/2019 a 31/12/2019						11.001				(44.938)	
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/02/2019 a 31/12/2019						519				(5.588)	
			-	-	-	-	86.769	179.428	-	-	(896.016)	(1.593.749)	
Compromissos futuros (Nota 10)													
Energest	Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2023			3.548					2.182		1.366	
Energest	Controle comum	01/01/2013 a 31/12/2022					10.086			60.003		(70.089)	
Energest	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2021					1.176					(1.176)	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2023 a 31/12/2023			44.224							44.224	
Enerpeixe	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2022	12.264		50.986							63.250	
Lajeado	Controle comum	01/01/2021 a 31/12/2021	448		6.339		570		1.372			4.845	
Lajeado	Controle comum	01/07/2021 a 31/12/2021	234				876		924			(1.566)	
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 15/01/2033					527		2.673			(3.200)	
São Manoel	Controle comum	01/05/2018 a 31/12/2038	3.623		25.118							28.741	
Porto do Pecém	Controle comum	01/02/2018 a 31/12/2021					10		21			(31)	
			16.569	-	130.215	-	13.245	-	67.175	-	66.364	-	
Uso do sistema de transmissão													
Lajeado	Controle comum	01/01/2003 a 16/12/2032					1.494	1.443			(17.701)	(16.851)	
			-	-	-	-	1.494	1.443	-	-	(17.701)	(16.851)	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)													
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2021			986	276				427	555	(3.262)	(1.610)
EDP Espírito Santo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021									8	(10)	
EDP São Paulo	Controle comum	01/08/2018 a 31/12/2021									26	(226)	
EDP Varejista	Controle comum	01/01/2019 a 31/12/2019				14						14	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2015 a 31/12/2021								19	27	(442)	(518)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 9.3.1)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	15/06/2016 a 18/06/2023								466	296	(169)	(143)
Prestação de serviços (c)													
Porto do Pecém	Controle comum	01/07/2017 a 31/12/2021	14		32							189	18
Porto do Pecém	Controle comum	01/10/2019 a 21/01/2020										17	
EDP Transmissão	Controle comum	03/10/2019 a 30/09/2022	34		36	102						465	102
Investco	Controle comum	01/12/2019 a 30/11/2024			69	69						904	69
CEJA	Controle comum	01/10/2019 a 31/12/2022			43	124						569	124
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	01/10/2019 a 31/12/2022			43	123						565	123
Enerpeixe	Controle comum	21/11/2019 a 20/11/2024			43	56						565	56
EDP Transmissão MA II	Controle comum	12/12/2019 a 11/12/2022	50		50	30						659	30
Energest	Controle comum	01/12/2019 a 30/11/2024			106							1.396	
EDP GRID	Controle comum	01/12/2019 a 30/11/2024	69									73	
São Manoel	Controle comum	28/10/2019 a 27/10/2024			44							569	
EDP Transmissão MA I	Controle comum	14/10/2020 a 15/10/2023										327	
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum	22/10/2020 a 21/10/2023										322	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum	17/11/2020 a 17/11/2023										332	
Elebrás	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	49	41								219	41
Cenaeel	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	10	8								43	8
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	21	18								94	18
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	21	18								94	18
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	21	18								94	18
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	21	18								94	18
Central Eólica Jaú	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	33	49								291	49
Central Eólica Aventura	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		14									
Central Eólica Aventura I	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023	20									83	
Babilônia I	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		15								31	15
Babilônia II	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		15								31	15
Babilônia III	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		15								31	15
Babilônia IV	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		15								31	15
Babilônia V	Parte relacionada	01/01/2019 a 31/03/2023		15								31	15
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2021				980				201		(1.754)	(1.366)
Contrato de reembolso de prêmio de seguro													
EDP - Energias do Brasil	Controladora	31/03/2019											14
			363	259	1.452	1.791	-	-	1.113	912	2.475	(3.047)	
			173.922	170.925	131.667	1.791	101.508	180.871	68.288	912	238.552	(189.582)	

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento. O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva. A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da holding EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada sua matriz.

O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

(c) **Contrato de prestação de serviços:** Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Porto do Pecém

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

Investco, Energest, Enerpeixe e São Manoel

Os contratos tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela Companhia. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência de 60 meses, entre 21 de novembro e 01 de dezembro de 2019 com término entre 20 de novembro e 30 de novembro de 2024. Já a São Manoel, o contrato foi firmado pelo período de

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Consolidado						Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Adições (Notas 22 e 23)	Remuneração (Nota 22)	Juros Capitalizados (Notas 22 e 23)	Margem na construção (Nota 22)	Outros	
Ativos da concessão	42.644	90.784	7.651	247	(21.876)	7.048	126.498
Circulante							262
Não circulante	42.644						126.236

O saldo de R\$126.498 em 31 de dezembro de 2020 (R\$42.644 em 31 de dezembro de 2019) representa a conclusão de 37% do investimento previsto para o projeto (11% em 31 de dezembro de 2019), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

A Margem de Construção negativa representa um *mark up* de -23,72% sobre o custo de construção sendo reflexo do atraso na entrada em operação comercial previsto no contrato de concessão, que seria em 27 de junho de 2020. Com isso, os meses em que a Linha de Transmissão não operar não serão devidas cobranças de RAP pela controlada.

14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o investimento na EDP Transmissão Litoral Sul, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

14.1 Aquisição de ativos - EDP Transmissão Litoral Sul

Em 28 de maio de 2019 a Companhia informou que assinou o Acordo de Compra e Venda de Ações da EDP Transmissão Litoral Sul, com o objetivo de adquirir 100% do seu capital total e votante. A conclusão da aquisição, ocorreu em 9 de agosto de 2019. A determinação do valor na aquisição de ativos foi feita com base em uma avaliação de avaliador independente contratado pela Companhia. A Administração da Companhia concluiu as análises dos efeitos do valor de aquisição da EDP Transmissão Litoral Sul juntamente com o avaliador até a aprovação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

O valor de aquisição dos ativos e passivos na data conclusão de aquisição conforme descrito acima, é apresentado a seguir:

	Valor contábil	Valor de aquisição	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	68		68
Impostos e contribuições sociais e diferidos	1.714		1.714
Empréstimos a receber	2.285		2.285
Outros Créditos	265		265
Ativos da Concessão	16.814		16.814
Imobilizado	2		2
Intangível	-	63.851	63.851
	21.148	63.851	84.999
Passivos			
Fornecedores	9		9
Impostos e contribuições sociais e diferidos	2.138		2.138
Empréstimos e financiamentos	6.759		6.759
Outras Obrigações	462		462
	9.368	-	9.368
Total do acervo líquido	11.780	63.851	75.631
Aquisição de ativos			
Valor retido	(a)		
Desembolso à vista	(74.631)		
Desembolso a prazo	(1.000)		
Total pago na aquisição	(75.631)		
Valor do acervo líquido adquirido	11.780		
Valor a ser alocado	(63.851)		
Alocação:			
Ativo Intangível a valor justo	(b)	63.851	
Total da Alocação	63.851		
Fluxo de caixa da aquisição			
Caixa líquido adquirido com a controlada	68		
Caixa pago	(75.631)		
Fluxo de saída de caixa líquido	(75.563)		

(a) Valor retido

Refere-se à *Holdback* Regulatório da controlada relacionado à riscos de multas decorrente de atraso na escrituração de obrigações regulatórias à título de garantia. O preço de retenção foi de R\$1.000, com atualização monetária. O saldo de retenção regulatória que não foi retido, total ou parcialmente, com a finalidade de pagamento de indenização regulatória, será devolvido aos vendedores de acordo com as proporções correspondentes: 50% do valor retido em 09 de agosto de 2022 e o restante em 09 de agosto de 2024, desde que não haja nas datas estabelecidas quaisquer reclamações pendentes, registradas ou ameaçadas relacionadas a questões cobertas por indenização regulatória. Os valores de retenção serão atualizados pelo CDI, a partir da data de fechamento até a data de desembolso, total ou parcial, se aplicável.

(b) Ativo Intangível

Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

14.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	% Participação direta	
	31/12/2019	31/12/2020
Investimentos		
Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE (*)	470	470
EDP Transmissão Litoral Sul	5.044	54.862
EDP Transmissão Litoral Sul (Valor Justo do Investimento)	63.851	63.851
Total	69.365	119.183

(*) Refere-se ao montante de 2002 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

14.3 Participação direta do investimento

	31/12/2020	
	31/12/2020	31/12/2019
Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		
Ordinárias		
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	100,00	100,00
Capital votante	100,00	100,00
Ativos totais	143.271	50.716
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	88.409	45.672
Patrimônio líquido	54.862	5.044
Receitas	76.098	23.418
Prejuízo do exercício	(10.573)	(6.737)

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido - Saldo inicial	5.044		5.044	
Aquisição de investimentos	69.956	14.609		
Prejuízo do exercício	(20.138)	(9.565)		
Patrimônio líquido - Saldo final	54.862	5.044		
Percentual de participação societária - %	100%	100%		
Participação nos investimentos	54.862	5.044		
Valor Justo do Investimento	63.851	63.851		
Outros investimentos	470	470		
Saldo contábil do investimento na Controladora	119.183	69.365		

15 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

15.1 Composição do imobilizado

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	66	(42)	24	3,33	66	(40)	26
Máquinas e equipamentos	7,70	8.713	(3.025)	5.688	6,91	8.700	(2.387)	6.313
Veículos	14,29	183	(183)	-	14,29	183	(182)	1
Móveis e utensílios	6,25	424	(259)	165	7,67	424	(241)	183
Total do imobilizado em serviço		9.386	(3.509)	5.877		9.373	(2.850)	6.523
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	41,66	1.072	(823)	249	48,24	1.064	(428)	636
Veículos	39,45	235	(198)	37	50,00	235	(119)	116
Total Ativos de direito de uso		1.307	(1.021)	286		1.299	(547)	752
Imobilizado em curso								
Administração		2.141		2.141		39		39
Total do imobilizado em curso		2.141		2.141		39		39
Total imobilizado		12.834	(4.530)	8.304		10.711	(3.397)	7.314

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants			Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado				
						31/12/2020		31/12/2019				31/12/2020		31/12/2019		
						Circulante	Não circulante	Circulante				Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
MFUG - Cédula de Câmbio (*)	150.000	25/07/19	150.000	25/07/2019 a 22/07/2021	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,44% a.a. até 21/07/2020 e CDI + 1,89% a.a. até 22/07/2021	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	2.545		150.000		152.545		
EDP - Energias do Brasil S.A.	90.000	02/10/20	90.000	02/10/2020 a 01/10/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			2.545	224	150.000	90.000	90.224	
Total											2.545	224	150.000	90.000	242.769	

(*) Conforme Alteração nº1 do Contrato de crédito junto ao MUFG, foi deliberada: (i) a prorrogação do vencimento para 22/07/2021; e (ii) alteração dos juros remuneratórios para CDI + 1,89% a.a. a partir de 22/07/2020.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$150.000 em 31 de dezembro de 2020 (R\$150.000 em 31 de dezembro de 2019).

19.2 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019		Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Pagamentos	provisionados	
Circulante					
Principal	150.000				150.000
Juros	3.823	(7.168)		5.890	2.545
	153.823	-	(7.168)	5.890	152.545
Não circulante					
Principal	-	90.000			90.000
Juros	-			224	224
		90.000	-	224	90.224

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	41,77	1.074	(825)	249	48,24	1.064	(428)	636
Veículos	16,26	766	(357)	409	50,00	235	(119)	116
Total Ativos de direito de uso		1.840	(1.182)	658		1.299	(547)	752
Imobilizado em curso								
Administração		2.141		2.141		39		39
Total do imobilizado em curso		2.141		2.141		39		39
Total imobilizado		13.369	(4.691)	8.678		10.713	(3.397)	7.316

15.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação%	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias		26		(2)		24		24
Máquinas e equipamentos		6.313		12 (637)		5.690		5.688
Veículos		1		(1)		-		-
Móveis e utensílios		183		(18)		165		165
Total do imobilizado em serviço		6.523		12 (658)		5.877		5.877
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		636		73 (443)		(17)		249
Veículos		116		(79)		3		3
Total Ativos de direito de uso		752		73 (522)		(17)		286
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		23		1		24		24
Máquinas e equipamentos	15.2.1	16	2.113	(12)		2.117		2.117
Total do imobilizado em curso		39	2.114	(12)		2.141		2.141
Total do imobilizado		7.314	2.187	- (1.180)		(17)		8.304

15.2.1 Máquinas e equipamentos - Ingressos

O montante de R\$2.113 refere-se a aquisição de retrofit em plataforma scada (COG) e integração dos sistemas (COG).

16 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

16.1 Composição do intangível

	Controladora							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	7.429	(5.476)	1.953	20,00	6.626	(4.622)	2.004
Total do Intangível em Serviço		7.429	(5.476)	1.953		6.626	(4.622)	2.0

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desdobramento que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora							
	Passivo				Ativo			
	Baixas				Depósito Judicial			
	Saldo em	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo em	31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2019				monetária	31/12/2020		
Fiscais	20.1.1.1	766			14	780	371	370
Outros		147	209	(1)	(13)	342		
Total Não circulante		913	209	(1)	(13)	14	1.122	370
Consolidado								
	Saldo em	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo em	31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2019				monetária	31/12/2020		
Cíveis	20.1.1.2	-	157	(11)	13	159	90	
Fiscais		766			14	780	371	370
Outros		147	210	(1)	(13)	343		
Total Não circulante		913	367	(12)	(13)	27	1.282	461

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.160 em 31 de dezembro de 2020.

20.1.1.1 Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$615 (R\$604 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

Processos judiciais entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, os quais discutem a cobrança do ICMS substituição tributária referente aos períodos de 2008 a 2013. O valor em 31 de dezembro de 2020 é de R\$165 (R\$162 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente, os processos aguardam o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

20.1.1.2 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos à indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão.

20.1.2 Risco de perda possível

	Controladora				Consolidado				
	Controladora		Ativo		Consolidado		Ativo		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis	20.1.2.1	36.034	20.062	8.880	8.683	36.034	20.062	8.880	8.683
Fiscais	20.1.2.2	42.640	43.321	1.361	1.346	42.979	43.321	1.361	1.346
Total		78.674	63.383	10.241	10.029	79.013	63.383	10.241	10.029

Não existem garantias cedidas relativas a provisão possíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

20.1.2.1 Cíveis

A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Companhia não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Companhia interps recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$20.818 (R\$17.457 em 31 de dezembro de 2019) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$8.880 (R\$8.683 em 31 de dezembro de 2019).

Processo nº 20000-84.2013.4.01.3400 - Ação Ordinária proposta no ano de 2013 pela ABRACEEL, representando todas as suas associadas, em face da União, objetivando a nulidade dos artigos 2º e 3º e do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013, tornando inválida a referida resolução na parte que inclui os agentes de comercialização, representados pela autora, nos ratio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS). A ABRACEEL obteve a liminar para suspender os efeitos. Em 2014 foi proferida sentença favorável, afastando a aplicabilidade dos arts 2º e 3º do Anexo da Resolução CNPE nº 03/2013 em relação às empresas representadas pela ABRACEEL. Em 2º grau houve decisão favorável à ABRACEEL e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pela União. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.108.

20.1.2.2 Fiscais

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$17.816 (R\$17.621 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente os processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$23.450 em 31 de dezembro de 2020 (R\$22.789 em 31 de dezembro de 2019).

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível cuja perda foi estimada como remota na Companhia. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$909 (R\$316 em 31 de dezembro de 2019).

20.2 Licenças Ambientais

Na controlada, os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A controlada realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A controlada segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da controlada.

A controlada apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Trecho	Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licenciamento (I)
	SE Tubarão Sul - 230/138/69 Kv	IMA-SC	DIV/22007/CTB IMA - Tubarão	LI nº 6710/2018 de 08/08/2018, válida até 08/08/2021
Norte	LT 230 kV Jorge Lacerda - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (Seccionamento 230 kV)		DIV/22011/CTB IMA - Tubarão	LI nº 8467/2018 de 02/10/2018, válida até 02/10/2021
	LD 69 kV Tubarão - Sangão Seccionamento 69 kV		DIV/23241/CTB LP nº 2823/2020	LP nº 2826/2020 de 18/05/2020, válida até 18/05/2021
	Módulo de Conexão na SE Forquilha	IBAMA-DF	Protocolo 1974, licenciamento municipal	LAP/LAI nº 1974/2020 de 27/07/2020, válida até 27/07/2022
Sul	LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha		LP nº 584/2018	LI nº 1290/2019 - 1ª Retificação, de 26/10/2020 válida até 26/10/2024
	SE Torres 2	FEPAM-RS	4945-05.67 / 20.9	LPI nº 242/2020 válida até 03/12/2025
	LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 + Módulo de Conexão na SE Atlântida 2		8990-05.67 / 20.3	LI nº 0004/2021 de 05/01/2021 válida até 05/01/2026

(I) Siglas e suas definições: LP - Licença Prévia, LI - Licença de Instalação, LAP - Licença Ambiental Prévia, LAI - Licença Ambiental de Instalação e LPI - Licença Prévia de Instalação.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Consolidado							
	Saldo em	Ingressos	Pagamentos	Atualização	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em
	31/12/2019			monetária				31/12/2020
Licenças ambientais								
Circulante	2.044	1	(1.584)	1.044	5.707	202	(64)	7.350
Não circulante	9.325			1.956	(5.707)	893		6.467
Total	11.369	1	(1.584)	3.000	-	1.095	(64)	13.817

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$32.606 (R\$32.606 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 32.606.384 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

Em decorrência da Transformação do Tipo Societário da Sociedade (Nota 1), houve a conversão das quotas na proporção de 1 quota para 1 ação ordinária com o valor nominativo de R\$1,00 cada.

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;

(iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		112.360	62.149
Constituição da reserva legal - 5%		(889)	
		111.471	62.149
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	18		10.176
Dividendos complementares	18	27.868	
Lucro do exercício a deliberar		83.603	51.973
		111.471	62.149
Dividendos por ação - R\$ - JSCP			0,37299
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos		0,85469	
21.3 Reservas de lucros			
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de lucros			
Legal	21.2	6.520	5.631
Retenção de lucros		182.553	182.553
Lucro do exercício a deliberar	21.2	83.603	
		272.676	188.184

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Comercialização

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• Comercialização de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

• **Compromissos Futuros:** A receita é reconhecida pela realização do valor justo dos contratos de compromisso futuro, por meio da liquidação entre compra e venda de energia (Nota 2.3.1).

Transmissão

As receitas da controlada representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de -23,72% sobre o custo real incorrido de construção no resultado, resultado substancialmente do atraso na entrada em operação comercial face a previsão regulatória.

A referida margem é estimada pela controlada levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela controlada e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela controlada, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2020 é de 218%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. Conforme mencionado na nota 2.8.2, o Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da controlada representa 13,65% a.a para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da controlada, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Revisão Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2020	2019	2020	2019
Energia de curto prazo	5.2	44.407	101.026	44.407	101.026
Comercialização de energia elétrica	22.1	3.797.747	4.278.502	3.797.747	4.278.502
Receita de construção	13 e 22.2			76.203	25.022
Remuneração dos ativos da concessão				7.651	669
Compromissos futuros	10	624.416		624.416	
Outras receitas operacionais		10.261	1.812	10.261	1.951
Receita operacional bruta		4.476.831	4.381.340	4.560.685	4.407.170
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
ICMS		(70.887)	(96.079)	(70.887)	(96.079)
PIS/COFINS		(406.769)	(395.163)	(414.525)	(397.575)
ISS		(391)	(7)	(391)	(7)
		(478.047)	(491.249)	(485.803)	(493.661)
Receitas		3.998.784	3.890.091	4.074.882	3.913.509

22.1 Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica foi impactada pela redução da demanda de energia, devido as medidas de isolamento recomendadas devido a COVID-19 (Nota 3.2), atingindo diversos setores e reduzindo a liquidez de mercado.

22.2 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Representa a evolução, em 2020, de 26% do investimento previsto no projeto (9% em 2019), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 37% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

23 Custo de construção da infraestrutura da concessão da controlada

	Consolidado	
	2020	2019
Terenos	8.930	127
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.143	
Máquinas e equipamentos	40.273	10.863
Adiantamento a fornecedores	22.543	10.599
Gastos ambientais	4.031	11.508
Outros	3.111	637
	13	91.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções					
Energia vendida		1.358	2.652	1.422	2.722
Depósitos judiciais		7.702	2.430	7.702	2.430
Contratos de mútuo		221	196	224	196
Juros e multa sobre tributos		180			
Arrendamentos e aluguéis	6	785	4.345	788	4.345
Variações em moeda estrangeira					130
Ajustes a valor presente		27	73	27	73
(-) Juros capitalizados				(61)	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(609)	(569)	(617)	(573)
Outras receitas financeiras		471		471	
		10.135	9.127	10.019	9.323
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos		19.2	(6.114)	(3.823)	(6.242)
Variações em moeda estrangeira					(3.823)
(-) Juros capitalizados					308
Juros e multa sobre tributos	6	(71)	(15)	(72)	(15)
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	20.1	(14)	(1.559)	(27)	(1.559)
Arrendamentos e aluguéis		(98)	127	(98)	127
Outras despesas financeiras		(802)	(894)	(822)	(937)
		(7.099)	(6.164)	(6.953)	(6.617)
		3.036	2.963	3.066	2.706

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	175.998	92.588	170.640	88.517
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(59.839)	(31.480)	(58.017)	(30.096)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Perdas indutíveis	(54)		(54)	
Resultados de equivalência patrimonial	(3.595)	(2.291)		
Juros sobre o capital próprio		3.460		3.460
Outras	(181)	(219)	(240)	(219)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	31		31	396
Incentivos fiscais		91		91
	(63.638)	(30.439)	(58.280)	(26.368)
Alíquota Efetiva	36%	33%	34%	30%

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas				112.360
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				32.606
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)				3,45

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	59.046	4.437	59.046	4.437
Compromissos futuros de comercialização	10 Nível 3	624.415	624.415	624.415	624.415
		683.461	4.437	683.461	6.983
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento	Nível 2	50.071	50.615	50.071	50.133
Consumidores e concessionárias	5 Nível 2	547.794	560.904	547.794	560.904
Empréstimos a receber	Nível 2	7.308	7.308	7.308	7.308
Cauções	12 Nível 2	1.377	1.355	1.377	1.355
Outros créditos - Partes relacionadas	9 Nível 2	1.815	2.050	1.815	2.050
		608.365	614.924	608.365	614.924
		1.291.826	619.361	1.291.826	619.361
Total					
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Compromissos futuros de comercialização	10 Nível 3	396.969	396.969	396.969	396.969
		396.969	396.969	396.969	396.969
Custo amortizado					
Fornecedores	17 Nível 2	475.139	420.153	475.139	420.153
Empréstimos e financiamentos	19				
Moeda nacional	Nível 2	152.885	153.823	152.885	153.823
Contratos de mútuo	Nível 2	90.224	90.224	90.224	90.224
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9 Nível 2	9.742	19.982	9.742	19.982
Arrendamentos e aluguéis	Nível 2	515	846	384	846
Licenças ambientais	20.2 Nível 2			13.902	11.466
		728.505	594.804	728.034	594.804
		1.125.474	594.804	1.125.003	594.804

28.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**
 A Companhia e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
 Se a Companhia e sua controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
 Se a Companhia e sua controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e sua controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

• **28.1.1.2 Passivos financeiros**
 Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

• **28.1.2 Valor justo**
 Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor empréstimos, das licenças ambientais e arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil; e

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

• **28.1.2.1 Mensuração a valor justo**
 A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

No decorrer do exercício de 2020, houve a inclusão de nível 3 de Instrumentos financeiros, relacionados a Consumidores e Concessionárias para os Contratos de compromisso futuro (Nota 10), decorrente da mudança de modelo de negócios adotada pela Administração da Companhia (Nota 2.3.1), onde além de operar como veículo de vação da garantia física das geradoras, a Companhia passa também a ser operador visando a geração de valor na intermediação financeira de compra e venda de energia.

28.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

As operações com derivativos na Companhia refere-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. A Companhia não efetuou transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.

28.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captadas pela Companhia apresentadas na nota 19, possuem como contraparte o agente fiduciário MFUG - Cédula de Câmbio. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Companhia possui risco de mercado atrelado aos contratos de Compromisso Futuro (Nota 2.3.1) por seus contratos de compra e venda de energia bilaterais. Estes contratos geraram ganho e perda com o excedente de energia que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia foi reconhecido no resultado (Notas 22 e 24). O resultado de contratos de compromisso futuro pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos são efetuados considerando a data-base vigente, mediante a curva *forward*, utilizada para valoração da marcação a mercado de seu portfólio, apresentada pela Dcide, frente o PLD calculado pela CCEE.

A Administração da Companhia possui como mitigador do risco, Norma de Risco Energético que considera em sua metodologia limites para compra e venda de energia, atrelando às características de liquidez e volatilidade do mercado livre de energia, onde são estabelecidos parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora, das projeções de preços futuros, da composição do lastro de energia para planos futuros e riscos decorrentes da variação dos preços *spot* de energia.

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM n° 475/08, a Companhia e sua controlada efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório FOCUS do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	59.046	863		863	215	430	(215)	(431)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	1.377	2		2		1		(1)
Empréstimos a receber - Mútuo	CDI	7.308	135		135	34	67	(34)	(67)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	67.731	1.000	-	1.000	249	498	(249)	(499)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(152.545)	(3.163)		(3.163)	(335)	(721)	439	827
Empréstimos e financiamentos - Mútuo	CDI	90.224	(2.570)	(1.983)	(4.553)	(1.151)	(2.306)	1.146	2.286
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(62.321)	(5.733)	(1.983)	(7.7				

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, CCEE, etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

28.2.6 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

28.2.7 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A controlada poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da controlada depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da controlada.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela controlada, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela controlada poderá ser afetada de forma relevante, e a controlada poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da controlada.

Visando mitigar este risco a controlada adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a controlada procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

28.2.8 Risco técnico

A infraestrutura da controlada é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela controlada, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a controlada contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 32).

28.2.9 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos	242.769	153.823	242.769	153.823
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(109.117)	(55.052)	(113.764)	(57.603)
Dívida líquida	133.652	98.771	129.005	96.220
Total do Patrimônio Líquido	305.282	220.790	305.282	220.790
Total do capital	438.934	319.561	434.287	317.010
Índice de alavancagem financeira - %	30%	31%	30%	30%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

29.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	8.650	(8.650)	-	27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	153.823	82.832	-	6.114	242.769
Arrendamentos e aluguéis	11	846	(573)	51	47	13
		163.319	73.609	51	47	33.995

Nota	Controladora					
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2019
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos		3.171	(3.171)	-	8.650	8.650
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		-	150.000	-	3.823	153.823
Arrendamentos e aluguéis		-	(601)	113	14	846
		3.171	146.228	113	14	13.793

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber		70	-	-	(70)	-
		70			(70)	

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	8.650	(8.650)	-	27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	153.823	82.832	(23)	58	6.114
Arrendamentos e aluguéis	11	846	(728)	(23)	58	546
		163.319	73.454	(23)	58	34.528

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2019
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)						
		163.249	73.454	(23)	58	34.598

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber		-	-	-	70	70
					70	70

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	8.650	(8.650)	-	27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	153.823	82.832	(23)	58	6.114
Arrendamentos e aluguéis	11	846	(728)	(23)	58	546
		163.319	73.454	(23)	58	34.598

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2019
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)						
		163.249	73.454	(23)	58	34.598

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	8.650	(8.650)	-	27.868	27.868
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	150.000	-	-	3.823	153.823
Arrendamentos e aluguéis	11	(601)	113	14	1.320	846
		3.171	146.228	113	14	13.793

Nota	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2020
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)						
		3.171	146.228	113	14	13.723

29.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	27.868	8.650	27.868	8.650
Capitalização de juros de empréstimos ao ativos da concessão			247	
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo a contingências			157	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão			4.032	11.508
Aumento de capital com integralização de ativos		6.389		6.389
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	13	1.320	546	1.320
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão			32.122	7.418
Total	27.881	16.359	64.972	35.285

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-presidente	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro
--	---	---	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	Vitor Hugo Alexandrino da Silva Diretor	Pedro Paulo Vicente de Azevedo Kurbhi Diretor
Dyogenes Rosi Diretor	Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho Diretor	

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Renan Silva Sobral Gestor Executivo de Contabilidade Contador - CRC 1SP271964/O-6
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A. (nova denominação da "EDP Comercialização e Serviços de Energia Ltda.") (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às empresas limitadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	Controladora					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia			183.900	1.664.061	1.847.961	6.459.044
Materiais e serviços	119.945	4.942	1.977	147	127.011	129.854
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	5.733	1.843	-	-	7.576	3.769
	125.678	6.785	185.877	1.664.208	1.982.548	6.592.667

	Consolidado					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia			183.900	1.664.061	1.847.961	6.459.044
Materiais e serviços	340.393	8.402	2.407	166	351.898	513.428
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	5.868	1.843	-	-	7.711	3.769
	346.261	10.245	186.307	1.664.227	2.207.040	6.976.241

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia			219.898	2.505.292	2.725.190	6.816.692
Materiais e serviços	115.888	5.312	2.461	231	123.892	112.946
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	4.851	1.292	-	-	6.143	4.083
	120.739	6.604	222.359	2.505.523	2.855.225	6.933.721

	Consolidado					31/12/2019
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia			219.898	2.505.292	2.725.190	6.816.692
Materiais e serviços	328.882	8.973	2.992	262	341.109	446.376